ANO 5.º

Sexta-feira, 1 de Março de 1912

NUMERO 210

O DEMOCRATA

(AVENÇA)

SEMANÁRIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSINATURAS (pagamento adiantado)

Ano (Portugal e colónias) . . . . . . 1$200 réis
Semestre . . . . . . 600 réis
Brasil e estranjeiro (ano) moeda forte . . 2$500 réis
Avulso . . . . . . 20 réis
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, R. Direita, n.º 108

DIRECTOR E EDITOR — ARNALDO RIBEIRO

Propriedade da Emprêsa do DEMOCRATA

Oficina de composição, Rua Direita—Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luís de Camões

ANÚNCIOS

Por linha . . . . . . 40 réis
Comunicados . . . . . . 20 réis
Anúncios permanentes, contracto especial.
Toda a correspondência relativa ao jornal, deve ser dirigida ao director.

HISTORIANDO

III

Incompatibilisáda com a vida da nação já de longa dáta, mas mantendo artificiosamente um pondonoroso equilibrio instavel, a monarquia dos Braganças, sob o dominio de Carlos, o corruto e gatuno, perdêra ostensivamente os restos de pondunor que até ali simuládamente afivelára á face sifilitica e mostrou-se em plena nudês. O povo viu cruamente a baixeza dêsse salteadôr, que de cétro e manto prendia indecorosamente aos seus destinos.

Olhou-o, então, provocadôramente, de alto a baixo. Mediu-o bem e cuspiu-lhe na face, enxundiosa e grossa, o seu desprêso. Conheceu-lhe os vicios, os roubos, os lôgros de que fôra victima, os adeantamentos ilegitimos com que se locupletára á custa do seu suor, a lista interminavel das suas escandalósas devassidões, e, julgando-o ascoroso e abjecto, repudiou-o.

O povo, a nação, era para êsse degenerádo, produto duma tára sifilitica, muito resumidamente classificáda:—*a piolheira*.

Não cuidou dos interesses dêste povo, não incitou o seu progresso, para o raspar da classe zoologica em que o colocou, não impulsionou a sua educação e as suas industrias, não vigiou, sequer, nem defendeu o seu patrimonio;—victima dum sórdido egoismo, como um burguês tratou apenas de si, de se governar, em detrimento da nação. Para isso, cercou-se de gente que, no governo do Estado, obedecia submissamente ao seu voluntarioso arbitrio, cégamente cumprindo as suas ordens.

Reconhecendo-se despresádo pela parte culta da nação, desrespeitádo pelo povo, Carlos de Bragança, julgando, assim, alicerçar mais sólidamente o seu trôno, cerceou quanto poude as regalías populares, e, encostádo confiádamente aos miseráveis conselheiros da sua corôa, engrandeceu discricionáriamente o poder real.

O povo, como vontade nacional, para si e para os seus conselheiros, não existia. Ninguem o ouvia, não tinha ingresso nos seus reais Paços, a sua importuna vóz.

Rei e conselheiros tinham-se mancomunado para a mesma traição, tinham dado as mãos para a defeza da mentira, do vicio, burlando o pova, iludindo os seus interesses.

Vendo-se assim abandonada, a nação, a *piolheira de Carlos de Bragança*, sentiu a indiclinável necessidade de tomar conta dos seus destinos. Uma fatalidade historica impuzéra-lhe o jugo aviltante, representado nêsse rei folião e devásso mas, ao seu devêr civico, mais imperiosamente incumbia partir êssa torpeza, que aviltáva a sua honra e comprometia a sua integridade nacional. De isso se convencêra e nêsse sentido trabalhou afanosamente contra a monarquia.

Os conselheiros, submissos como vendidos, que o cercávam, não bastavam já pelo descrédito em que haviam caído, para mantêr o iquilibrio dinastico e, conhecendo-se impotente para contêr a onda democratica, que alterosa se erguia no horisonte da patria, o trôno, a reacção politica buscou a aliança da irmã colaço—a reacção religiosa.

Travou-se, então, ardua pelêja. Nêssa lucta, os reaccionarios, de mãos dadas, praticáram as maiores baixezas, serviam-se da linguagem mais deslaváda, dos insultos, das difamações, das mentiras mais ofensivas e nada era vedado á sua ira facinorosa; entravam nos lares, na intimidade dos cidadãos e, deturpando-lhe todos os actos da sua vida, vinham assoalhar coisas que não viram, mentiras, difamações.

A monarquia, vendo-se perdida, comprâva as consciencias, punha a prêço todo o esforço venal que podesse vir aumentar o seu magro contingente da defeza e levantava, coruscante de raiva, o pendão da dominação estrangeira, ameaçando a nação com a pêrda da independencia, feita que fôsse a Republica.

Patria e trôno só unidos poderiam viver. Era a logica cerrada da reacção.

Justiçado, no *Terreiro do Paço*, Carlos I e colocádo no trôno o filho que o onanismo precóce esgotára, os grupos politicos que o pae arregimentára e fártamente pagára, mais estreitamente cerráram fileiras á roda do novo e inexperiente rei.

A' volta dêsse trono vacilante, a reacção religiosa tomou a dianteira e dirigia impressivamente esse arremedo de reinado, que, vergonhosamente, se conservou ai alguns mezes até que o pôvo, num esforço inêrgico, varreu do país êssa oligarquia politico-religiosa, na manhã, para sempre memoravel, de 5 de Outubro.

Mas, nêsse dia, expulsos os Braganças e implantada a Republica, quem apareceu em defeza do trôno? De toda êssa gente, que, em cerráda multidão, convictamente defendia o rei, aplaudia os seus actos e ameaçáva chacinar os republicanos, quem veio para a rua em defeza do seu ideal?

Ninguem. Toda a gente do regimen depôsto, não esboçou um movimento de resistencia, não ergueu a vóz em defeza dum trono que simbolisava o roubo e a crápula, maldito para os portuguêses ciósos da dignidade da sua Patria e da altivez da sua raça.

Nêsse momento historico, os serventuários do trono e do altar, tinham dispersado cabisbaixos e timorátos. Não apareceu ninguem.

Era uma multidão pervertida em todos os sentimentos nobres, de estomagos fartos, é ce to, mas sem uma convicção forte e limpa, um ideal justo a movimentar-lhe a vontade e a alumiar-lhe a razão, traçando-lhe o caminho do devêr a cumprir estoicamente, indomavelmente. Por isso ninguem apareceu.

A rua, o pôvo esfaimado, que clamáva por justiça e queria tomar conta do seu destino, não encontrou ninguem a estorvar-lhe o passo, nem a estrangular-lhe a vóz.

Porque não apareceram, então?

Patriotismo

Os grandes e modernos jornalistas que entre nós pululam, enlevados no santo amor da Patria e de bem servirem *a nossa querida e joven Republica*, aproveitáram, reproduzindo na sua imprensa, umas referencias que no *Morning Post* apareceram a respeito dos grandes sofrimentos e torturas a que eram submetidos os presos acusados de conspiração. Esta denuncia provinha dum famoso relatório que a colonia ingleza, residente na capital, tinha enviado ao governo inglês.

O jornal do sr. Cherubim Vale Guimarães, *a bem da Republica*, de que s. ex.ª é magistrado, logo estampou, acompanhad ade palavras pavorosas, aquéla noticia aterradôra, que nos punha á porta de casa a intervenção inglêsa.

Um pouco de observação leváva-nos, prontamente, a ponderar que êsse relatório, a ser um facto, importáva uma gravissima desconsideração ao ministro inglês representante da Inglaterra junto do governo português.

Mas o caso era realmente novo e valía a pena reproduzir mais este grito de guerra e de perigo, *contra a nossa querida e joven Republica*.

O dr. Cherubim, entendeu, portanto, e muito bem, que não deveria perder a ocasião de mais esta prova do seu patriotismo e... sem falta de uma virgula, transcreveu a fatal nova.

O ministro inglês, atingido pela infamissima calunia, logo procedeu da maneira mais diplomata e segura, indo pessoalmente visitar as prisões dos fortes e cadeias, vendo e ouvindo da bôca dos proprios presos as referencias ao seu tratamento; e escrevendo a seguir ao presidente do concelho de ministros testemunhou-lhe a sua satisfação pela fórma como o impressionára, em todos os sentidos, a visita que fizéra.

E' certo que apesar da referencia feita pelos jornais mais conceituádos na opinião pública e o presidente do conselho de ministros déla dar conta ao parlamento, foi ainda assim posta em duvida a veracidade do que disséra o representante do governo inglês; quem falava verdade era o *Morning Post*, que déra a terrivel noticia a tanto por linha!

O jornal do sr. Cherubim Vale Guimarães, fez, porém, mais do que isso: deixou que nas colunas do seu importante orgão corresse mundo a terrivel galga, que bem preferivel era não desmentir, tudo com o fim evidente, como facilmente se depreende, de bem servir *a nossa querida e joven Republica!*...

Dr. Manuel Laranjeira

A' hora em que a semana passáda se imprimia êste jornal, traziam-nos os diarios do Porto a triste nova de ter acabado os dias da vida, êste abalisado clinico e talentoso escritor.

Foi em Epinho, praia escolhida pelo nosso desventurado correligionario para residencia após a formatura, junto ao mar, que tanto amáva, que a tuberculose o assaltou e que, depois de mil locubrações, duma lucta fisica e espiritual com a morte, êle resolveu ir ao seu encontro, procurando na bala, nêste caso redentôra, dum revolver, o linitivo para tanta dôr, a paz e o alivio para o seu horroroso sofrimento.

Pobre Manuel Laranjeira! Como até na morte o admirâmos, nós, que tantas vezes fômos testemunha ocular do seu estoicismo!

Um socio de Homem Cristo repontão

Veio á imprensa o sr. Antonio Augusto de Beja, rectificar a noticia que aqui démos, tiráda da *Lucta*, e na qual se dizia ter s. ex.ª pedido para ser nomeádo chefe do distrito de recrutamento n.º 24; o que não é verdade, pois apenas *aceitou o convite* que lhe foi feito em circular recebida do comando da 5.ª divisão do exercito, de 8 do corrente, expedida em virtude de determinação do ministerio da guerra.

Até aqui nada têmos que opôr visto como nos foi facil verificar a inexatidão da *Lucta*, donde extraimos o informe.

Emquanto ao resto, porém, o sr. major Beja, ex-administrador franquista e cavalheiro muito da intimidade do *afilhado* do Cristo—o *Mijarêta*—perdeu uma bôa ocasião de estar caládo. E sabe porque? Não sabe, mas nós lh'o dirêmos, sem temôr pelas suas pimponices, que só nos fazem rir, tão disparatadas e descabidas as achâmos.

Que fôsse ou deixasse de ser a seu pedido que o ano passado o exoneraram da mesma comissão de serviço, isso tambem nos não importa desde que saibâmos que não ficou, não, no logar, unica e exclusivamente por o sr. ministro da guerra ter reconhecido e estár disposto a demiti-o se tão depressa s. ex.ª não acorre a apresentar o pedido de exoneração. Como estas coisas se fazem sabemol-o nós, sabe-o s. ex.ª, sabe-o já toda a gente.

Mas vâmos ao ponto capital da questão: em que se funda o sr. major Beja para vir dizer em público que *se não tem encomodado a rectificar outras noticias, que este jornal tem publicádo a seu respeito, todas élas deturpádas, talvez propositádamente, julgando-as sempre sem importancia, e considerando-as questões de lana caprina?* Por ventura não será verdade que s. ex.ª tivesse sido aí um dos corifeus do franquismo? Quererá o sr. major Beja negar a sua participação nas lutas intestinas de que Aveiro foi teatro, no tempo do ditador do Alcaide? Quererá negar que tivésse sido administrador do concelho e comissario de policia, feito á imagem e semelhança do famoso advogado da rua do Sol, hoje preso na Penitenciaría de Coimbra, Jaime Duarte Silva? E quererá finalmente negar que não tivésse feito parte da comissão do *fundo de propaganda* destináda a recolher o dinheiro com que os monarquicos contribuiam para assegurar a existencia do *Pulha de Aveiro*, o imundo pasquim do não menos imundo Homem Cristo, onde todas as semanas se esguichava fedorenta lama contra os republicanos portuguêses?

Sr. major Beja, sr. major Beja!... O sr. perdeu uma béla ocasião de estar caládo, repetimos. Porque não são as suas ameáças que nos metem medo, nem os seus cabelos brancos que nos fazem emudecer. O sr., colocando-se ao lado de Homem Cristo, prestando-se a fazer parte duma comissão exclusivamente creada com o fim de receber dinheiro para *generalisar, alargar, multiplicar, profundar* a obra combativa do *Pulha de Aveiro*, colaborou implicitamente nêssa obra, que lhe não dá direito nenhum a ser considerádo pelos republicanos dignos e solidários com os que infamemente, porcamente, miseravelmente eram abocanhados pela indigna creatura que o têve por companheiro.

E queria o sr. major Beja que nós não protestassemos contra a sua nomeação? Pelo amôr de Deus!...

Como trairiamos a nossa missão se tal acontecesse! S. ex.ª é que não sabe o que é ser-se coerente e por isso estranha a atitude dos que sempre o fôram com as suas ideias e por causa délas se sacrificáram e sacrificam emquanto outros, descarádos e sem escrupulos, vão governando a vida.

Falâmos verdade, falâmos mentira? Não é ao sr. major Beja que compéte dizel-o. O público, que o conhece, e que conhece a historia politica de Aveiro, que diga da sua justiça.

Ainda a procissão da cinza em Aveiro

Pelo ilustre senador José Maria Pereira, foi, na respétiva câmara, tratado o caso que aqui levantámos a proposito da protéção que a autoridade dispensára á exibição do préstito religioso que, quarta-feira, passeáram ai pelas ruas da cidade.

O ilustre senador estranhou que a autoridade protegêsse de encontro á lei, um caso dêstes.

A afirmativa de tal facto foi levádo ao conhecimento do público pelo jornal do sr. dr. Cherubim do Vale Guimarães, auditor substituto, quando disse que **a autoridade superior do distrito prometendo garantir a ordem, castigaría severamente todo aquêle que propositadamente tentasse contra o respeito que é devido a actos daquéla naturêsa.**

O processo, pois, para a autoridade superior do distrito averiguar da verdade dêste arrasoádo feito por aquêle jornal, é chamal-o á responsabilidade do que escreveu, e que bem pouco airosamente colocou o sr. governador civil perante a opinião liberal da cidade.

Para a Historia da Implantação da Republica

A' memoria de AUGUSTO BRITO

Preparávam-se as eleições de deputádos no país para 28 de agosto de 1910, e dizia-se, com antecedencia, que a lucta sería grande, tanto mais que o partido republicano apresentára 70 candidaturas, a maior parte das quais investidas em individualidades de alta envergadura e cotação politica.

Em Ermezinde o éco da campanha repercutiu-se e o modésto partido local organisádo pouco antes por um grupo de sincéros democratas de que faziam parte o dr. Joaquim Maia de Aguiar, Vicente Moutinho, Amadeu Vilar, José Maria de Matos, Ferreira Caetano e eu, resolvera ir á urna com os elementos de que disposésse.

Pouco antes ainda, havia-se organisádo a comissão paroquial numa reunião em que fôram chamádos a tomar parte elementos do concelho. Para essa comissão foi indicádo tambem o meu nome, aceitando eu o cargo com honra e satisfação, não se mantendo, porém, por proposta do dr. Maia Aguiar, que declarou que, sendo eu militar devia evitar o sacrificio inutil de um castigo, que a monarquia me não poupariá, reservando-me para momento em que o meu concurso fôsse mais preciso.

Assim se resolveu, mas continuei com os meus correligionários a tomar parte em todos os trabalhos do partido, mórmente na ocasião, nos trabalhos das eleições.

Houve um comicio bastante concorrido pela gente da freguezia e de fóra, comicio em que falaram o dr. Maia Aguiar, atual presidente da camara do concelho de Valongo, Alexandre de Barros, hoje deputádo e Mem Verdial.

Distribuiu-se um manifesto largamente.

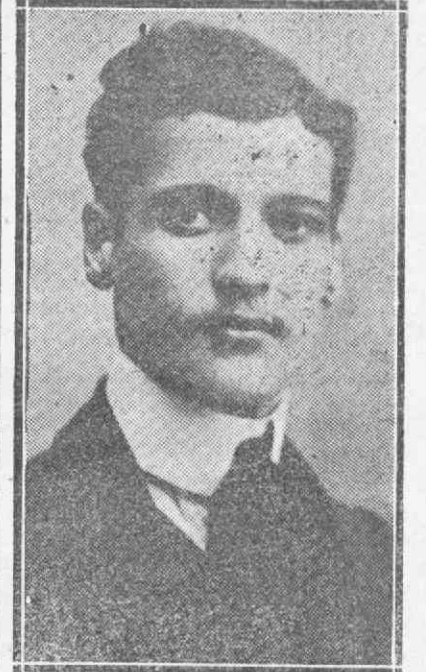
A nossa propaganda, parém, propapaganda feita com a maior lealdade e sem coacções, ia procurando anulál-a o abade da freguezia, rev.º Paulo Antonio Antunes, emérito galopim, hoje refugiádo em terras de Hespanha como conspirador.

A lucta tráva-se tambem por essa ocasião, furiosamente, com todo o estendal de *trucs*, de roubos, de chapeladas, de vinhaça, de carneiro com batatas, de ameaças vingativas, etc., entre o governo e os elementos coligádos do famigerádo blóco.

Este tinha elementos de numero no circulo, mas duvidava da vitória e começou então a correr o boato de que os bloquistas, se vissem as coisas mal paradas, assaltariam a urna e liquidariam a eleição á bordoada.

Reunimos o pequeno grupo dos republicanos de Ermezinde, ventilando-se a questão e resolvendo a nossa comparencia a tempo de dispôr as coisas de fórma a evitar o assalto, se êle se esboçásse.

Eramos apenas cinco, pois resolvêra-se náda comunicar ao pequeno grupo republicano, para não exaltar animos e evitar conflitos. Entretanto o boato corria com insistencia, reforçado pela recordação de anteriores actos de egual naturêsa em que os galopins de Alfena eram useiros e veseiros.

Eram poucos e eu falei ainda com um rapaz de S. Pedro, de nome Almeida, que prometeu comparecer e escrevi ao Augusto que desistisse de assistir ás eleições do Porto, de que êle dias antes me falára entusiasmádo e viésse a Ermezinde *convenientemente preparado*

Augusto Brito

para nos auxiliar, pois constava que haveria grossa mócada provocada pelos bloquistas, para roubarem a urna, se vissem a eleição perdida.

O Augusto apresentou-se logo, *a receber ordens*, dizia êle com graça, mostrando-me um valente *bull-dog* e abundancia de cargas.

Partimos cêdo.

Pelo adro da egreja de Alfena e pela estrada junta, grupos de caceteiros, falando a meia voz com o galopim capitaneador.

De quando em quando um grupo surgia e logo em surdina corria a voz entre os que já no largo ocupavam posições: são os do S. Paio... são de Sobrádo...

Alongâmos passadas pela estrada e rapida observação do campo de operações e dos animos dos lutadores.

Olhávam-nos desconfiádos. Homens com espingardas a tiracólo dessimináva-se pela multidão.

Num logarsito adeante, um carro de bois com uma pipa de vinho; sobre um muro algumas canastras com regueifas de Valongo, mais adeante, num páteo, outra pipa de vinho á disposição das convicções politicas dos votantes. Inquirimos quem pagáva aquilo, responderam-nos que eram os do blóco.

—E então os governamentais, não aquecem o vóto?

—Esses teem vinho e rôsca em casa do abade...

Retrocedêmos. Num caminho ao lado, á distancia regulamentar, a nota berrante do uniforme vermelho de uma fôrça de cavalaria, armas reluzentes e cartucheiras a estoirar o bôjo retezado.

No adro, uma velhota, chamou de parte o nosso chefe, comunicando-lhe algo de gràve que se tramáva.

Inteirámo-nos.

Os nossos homens não formavam grupos por recomendação especial.

Num grupo, passando por nós, ouvimos distintamente: são os ateus de Ermezinde; diz que não querem cá religião...

Entretanto chamáva-se para a formação da meza e nós tomâmos logo disposições de antemão previstas.

O Almeida faltára.

Eramos seis; ficámos tres de cada ládo e cruzariamos as armas por sobre a urna, atirando sobre os adversarios do lado oposto, se o assalto se delineasse.

Entretanto os seus homens, cêrca duns quarenta, mal conhecidos porque não se apresentaram em grupo, estabeleceriam a confusão, varrendo as proximidades da urna, até dar tempo á chegada da força armáda.

O dr. Maia Aguiar, tomou parte na meza. Do lado dêle o Amadeu e o Moutinho, do outro eu, o Augusto e o Matos.

O iniciar do escrutinio, correspon-

deu a um calafrio violento, que nos pôz contorções involuntarias na espinha.

O que sairía dali?

As historias sobre a selvageria dos de Alfena, terra de gatunos e de desordeiros, eram de arripiar os cabelos e se a fatalidade nos levasse a uma luta feroz, quem sabe os que pagariam com a vida, ou a dedicação pela Patria ou a ganancia pelos guineos mercenários com que os politiqueiros do país uzaram, durante muito tempo, pagar as mais asquerosas torceduras da consciencia politica.

Presidía á meza o abade de Ermezinde, o famigerado autor e agressor da desventurada Delfina.

O Augusto ficára entre mim e o Matos a tres passos e quasi junto ao banco onde se sentávam os escrutinadores.

O acto decorria vagaroso e monotono ha uma bôa hora. O pequeno grupo, atento, não tirava olhos prescutadores da marcha do escrutinio, e o Augusto, o inditoso republicano que a morte tão cêdo roubou ao seu país, a quem a sinceridade das suas convicções deviam levar a prestar ainda optimos serviços, ia seguindo ávidamente, nas mutações da minha fisionomia, as alterações da situação, pronto a secundar-me ao primeiro gesto de intervenção.

Dedicado môço!

--179! Manuel Pereira, do logar do Sobrado, diz um dos escrutinadores.

—Pronto! responde um velhote ainda rijo.

—Já votou! gritam varias vozes ao mesmo tempo.

Movimenta-se a massa popular, que se comprimia na egreja, lanço um olhar rapido por sobre a multidão e distingo as cabeças de varios correligíonarios procurando aproximar-se da meza.

Supuz o momento chegádo e deante de mim vi a sangueira irremediavel com que a luta faciosa das paixões ia fatalmente manchar as pedras da egreja.

Vejo o Maia Aguiar levantar-se.

Salto da grade do arco cruzeiro, onde me tinha sentado momentos antes, pérco de vista os amigos que formavam o cêrco á urna, julgando-os embrenhados na massa do pôvo que oscilava como a onda que se levanta mansa, e vai descendo até chegar, em haustos de furia, á praia em que se esmigalha, julgo-me só quando deito mão á urna e tombo o banco dos escrutinadores para os afastar fazendo campo na minha frente que me permita os movimentos livres, mas já lá encontrei alguem.

O Augusto vê rapido o meu salto da grade sobre a meza, e antes que a multidão o imobilise põe-se ao lado da urna, a coronha do revolver nervosamente apertada na mão.

O Matos, irrompe, á força de musculo, junto da meza, tambem, e o abade péde socêgo, pois vai esclarecer-se o engano.

O Augusto consulta-me com o olhar, observando, impaciente, os movimentos do meu braço direito.

O Maia Aguiar num olhar de prudencia, socéga-nos, o populácho amansa e procura-se entretanto, um nome egual ao do que déra motivo ao protesto.

Entrementes, o Amadeu e o Moutinho, estavam junto de nós. O plano não falhára e, sem que alguem o presentisse, a urna estava guardada e bem guardada.

A bréve trecho o engano desfazia-se.

Dois eleitores com o mesmo nome, de freguezias diferentes, mas de logares com o mesmo nome, tendo votado o segundo quando se fez a chamada do primeiro.

A nuvem passára.

Desapertára-se-me o coração que naquêle bréve instante, mais curto do que o tempo em que o descrevi, se me contraíra na angustia dos solénes momentos do perigo.

A eleição seguiu até ao fim sem mais incidente, levando o pequeno grupo republicano uns quarenta votos á urna.

* * *

O Augusto, êsse dedicado republicano, que assim se sacrificáva pela sua Patria e pelo seu partido, já minádo pela doença horrorosa que o havia de matar, já não existe.

A 28 de agosto de 1910, têve êle pela primeira vez a ocasião de prestar serviços á Republica, em 5 de outubro, ainda o Destino lhe concedeu que visse na suprema governação do seu país um governo democratico, o seu grande ideal e néssa ocasião ainda pôde ser util á Republica, arrefecendo com o seu telegrama para o *Democrata*, os entusiasmos serodios dos *reviralhos* aveirenses, mas mais lhe não consentiu a Parca, que poucos mêses volvidos o encerrava para sempre nas dobras negras do seu manto de morte.

Completou-se em 28 proximo passado um ano que o desventurado moço, o denodado republicano, o sincéro democrata, foi roubado aos carinhos da familia que o adorava, deixando a vida aos 20 anos quando éla lhe começava a sorrir, e a abrir-se nas rosas da esperança em que êle confiava tanto.

E tudo: os seus pensamentos de futuro, as suas ilusões, os seus castelos, quiçá os seus sonhos de amôr, lhe arrefeceu nos labios a Fatalidade quando para êles mal começava a entreabri-los.

Alfredo Cezar de Brito, meu amigo: este artiguinho é para si.

Oxalá que a ferida incuravel que a morte do Augusto lhe veiu abrir no coração, deixe ao menos de sangrar tão acérbamente.

Humberto Beça.

"Archivo Democratico,,

Saíu agora do prélo o n.º 32 do *Archivo Democratico*, revista mensal ilustrada, que se publica na capital, sob a inteligente direcção do genial publicista, Tomaz da Fonseca.

Abre este numero com uma perfeitissima fotografia, executada em Berlim, do general sr. Constantino de Brito, um republicano de longa data, livre pensador, escriptor de cunho, que colaborou imenso na *Vanguarda*, no *Mundo* e na antiga *Folha do Povo*, do saudoso Cecilio de Sousa.

Fernão Boto Machado traça o perfil do fotografado, bem feito, como são todos os escritos do nosso amigo.

Um pensamento do *Bébes*: *A religião é o sustentaculo da sociedade.*

E o vinho de que será?

Isso nunca!

Num crescendo pavorosamente assustador, para o qual o país inteiro não póde deixar de pedir pronto remedio, continúam a Relação e o Supremo Tribunal de Justiça, nas mais escandalosas e revoltantes deliberações a ilibar de toda a responsabilidade aquêles que julgam, embora no libélo apareçam provas concludentes e irrefragáveis da sua culpa e responsabilidade.

As ultimas decisões atingiram as raias do mais grave escandalo e áparte a ofensa á lei, viéram refletir-se, intactas, na alma nacional, ferindo-a no que éla ainda de grandiosamente conserva e consagra:— o amor do seu país.

Pois contra quem conspirávam êsses loucos conscientes e inconscientes? Não era contra a Republica, de facto, era contra o país.

Uma tentativa afortunada por um momento, que trouxésse a reunião de elementos que, embora isoládamente, podéssem triunfar num determinádo local, a guerra civil era imediata, inevitavel, terrivel, dentro das suas consequencias horrorosas de toda a guerra fraticida.

Não se iludam com vãs e fementidas esperanças.

No momento em que o partido republicano compreender que tem de intervir na defêsa do seu ideal, não vacilará um momento.

E quando dizêmos o partido republicano, não aludimos aos chefes de grupos politicos que estão nêste momento, montando as suas tendas. Referimo-nos aos que na manhã de 5 de outubro viéram para a rua a peito descoberto, bater-se e morrer pela sua causa; falâmos dos que no Porto, na fronteira, aqui, nunca faltáram ao primeiro sinal de perigo; falâmos no Povo, que constitue o partido republicano—sem confecção — e que por amor, por devêr e necessidade, terá de manter as instituições, para as quais êle, em todos os campos trabalhou e triunfou!

Não se iludam, repetimos, os beneficiádos, directa e indirectamente, com os *acordãos* misericordiosos dos suprêmos juizes.

Dêsses juizes, ha ainda um suprêmamente *suprêmo*—é o Povo—a alma da nação, que com éla está absoluta e indistrutivelmente ligádo.

Convençam-se disso e não se iludam com fantasticas possibilidades, que um pouco de frio raciocinio prontamente as desfaz.

O retrocésso não poderá nunca esmagar o progresso. Êste, para a sociedade, para o mundo, que avança e vence, em todos os campos da sciencia, batalhas formidaveis com estrondósos e admiráveis resultádos, que surpreendem o universo, não póde parár, porque nêste caso, *parar é morrer!*

A monarquia morreu, não só porque tinha já completádo a sua taréfa historica, mas ainda como consequencia de uma falsa interpretação que a animou a pôr entraves e erguer barreiras á manhã triunfante do nosso ideal, que se aproximáva a substituí-la.

A monarquia é, sem duvida, presentemente, o retrocésso.

Não poderá vingár, nem com o auxilio de todos os conspiradores e a absolvição de todos os juizes.

Não discutam, não nos digam que os juizes julgam de *consciencia*.

Muitos actos ha na vida praticádos por diversos, como consequencia lógica da interpretação a êles dáda pela consciencia do executor.

Mas quantas outras, em maioría absolutamente esmagadóra, condénam êsse acto, reputádo, no entanto, bom pela consciencia de quem o praticou?

Como muito bem diz o nosso presádo colêga *O Mundo*, num soberbo artigo que sobre o assunto escréve—*a consciencia dum tratante não é a mesma que a dum homem de bem, do mesmo modo que a consciencia dum monarquico não é a mesma que a dum republicano.* Sem duvida.

No caso presente e como muito bem diz ainda aquêle colêga—*seríam dignos de respeito magistrados que não tendo caras, nas consciencias possuissem exclusivamente o exacto cumprimento da sua missão:—juizes e nada mais. Não é, porém, o caso porque os magistrados da Relação acabam de julgar como se fossem juizes ao serviço da monarquia!*

Indiscutivelmente, assim é!

Entre as dezenas de conspiradores, já condenádos alguns e pronunciádos outros, e que a Relação mandou soltar e absolver, encontram-se dois —o ex-capitão de cavalaría, Azevedo Lobo e Tavares Proença que dão a nota mais frisante da *consciencia monarquica* com que os juizes os julgáram.

Entre provas iniludiveis ha a distribuição de manifestos, após a formação do procésso contra os dois individuos, em que Tavares Proença declára e narra que, em Castélo Branco, aliciára gente para levantamentos ás ordens de Paiva Couceiro e sob as instruções do referido ex-capitão, que bréve repetirá éssas tentativas!

E' o proprio réu que se declára e tripudía sobre o seu procedimento como aliciadôr rebelde!

Pois nem isto os juizes quizeram vêr, por cima de tudo passáram e por aí, quando quizerem, pódem passear impunes criminosos désta grandêsa que os juizes proclamam inocentes!

Indiscutivelmente precisa e exige o País um repáro correspondente á grandésa de afronta que recebem aquêles que, alheiádos de paixões, só deveriam ser juizes, insuspeitos julgadôres, frios como a letra da lei.

Reproduzem-se entre nós, nêste momento, factos identicos aos que se déram em França.

Pois tomêmos as medidas que a França tomou.

A Republica não póde servir-se com quem a não defende.

Não vacile o país no remédio a empregar.

O *Mundo*, no artigo a que já aludimos, apéla para o Congresso chamando a sua atenção para este vergonhossissimo escandalo, para ésta aviltante afronta.

Não nos admirâmos que ámanhã Paiva Couceiro seja lavádo de toda a culpa e reconhecido como um benemérito cidadão.

A gravidade do momento exige toda a energia no remedio a aplicar.

Porque isto não é só fazer da consciencia um esfregão ao serviço de conspiradores e traidores—é fazer tambem da mesma consciencia um punhal contra a Republica.

E isso nunca!

EVOLUCIONISTAS

Até que emfim se resolveu, o sr. Antonio José de Almeida, a tomar uma atitude definida. A creação do *Partido Republicano Evolucionista*, que o terá por chefe, assim o demonstra e faz compreender, embora muitos ainda ponham em duvida essa transformação operáda, a um ano e meio de Republica, no espirito do mais iracundo dos revolucionarios portuguêses.

Evolucionista, o sr. Antonio José de Almeida! Já viram incoerencia maior? Já viram um homem esquecer-se tão depressa do que a si proprio déve, pelo seu passado, pela sua vida de agitador e audaz propagandista dos mais avançados ideais?

E' fastastico tudo isto e ainda o que o novo partido se propõe defender desde já *como propositos fundamentais para o restabelecimento da tranquilidade dos espiritos e confiança no regimen republicano, de que o país tanto caréce para trabalhar e progredir:*

a) votação da reforma administrativa no mais curto praso de tempo, com o fim de se entregar á propria nação a sua vida local pelos seus orgãos legitimos;

b) lei eleitoral baseada nos modernos principios liberais, com representação proporcional em Lisboa e Porto e de minorías nos restantes circulos do país;

c) revisão dos actuais recenciamentos eleitorais para garantia de todos os cidadãos eleitores;

d) revisão imediata dos diplomas com fôrça de lei do governo provisorio, começando pelos seguintes:

1.º o da separacão do Estado das Igrejas;

2.º os da instrução publica;

3.º o da reorganisação do exercito;

4.º o da lei do inquilinato;

5.º o do registo civil;

6.º o da assistencia publica;

e) amnistia para todos os contraventores dos diplomas de gréves, com excéção daquêles que provádamente tenham dirigido êsses movimentos com intuitos de atentar contra a Republica ou contra a sociedade;

f) amnistia para todos os criminosos politicos, exceptuando aquêles que averiguadamente são ou fôram chefes ou dirigentes militares ou civís de conspirações contra a Republica.

E não hade ir para o céu uma alma como a do *santo*, a do *magnanimo* Antonio José de Almeida, como lhe chamam os inimigos das instituições, mascarados de *democraticos!*

Uma calúnia

Não ha nada para nós mais infame do que éssa arma desleal, indigna e cobarde de que se teem servido adversarios nossos para retalhar a honra dos que supõem seus inimigos, como não ha tambem para nós acto que se possa comparar áquêle que tem por objectivo desvirtuar as intenções de qualquer cidadão, atirando-as ao vulgo, sempre disposto a aceitar tudo, envenenádas com a peçonha virulenta de pervérsos instintos, onde germína o odio, se acoita o crime, se albérgam, finalmente, os mais ruins sentimentos.

A calúnia é a arma do malvádo, que acusa maliciosa e falsamente, para infamar. E' a arma perdilecta do salteador, que imputa a outros os seus proprios intentos, do poltrão, do pusilamine, do impudico. E' a arma que fére á traição, encobrindo o traidor, que se não vê, porque é brandida quasi sempre a ocultas, cautelosamente. Pois déla foi victima, embora por pouco tempo, só até ao seu regresso a ésta cidade, o nosso presado amigo e digno administrador do concelho e comissario de policia distrital, sr. Antonio Maria Beja da Silva. Pretendeu-se enxovalhar o seu nome honrado de funcionário, pôr em almoeda a sua reputação, crear uma atmosféra de suspeita que o inutilisásse ou pelo menos desgostásse até ao ponto —quem sabe o intuito?—de abandonar o logar, mas nada disso sucedeu.

O sr. Beja da Silva, acusado, vágamente, por um empregado do governo civil, de irregularidades, que não cometeu, com a agravante de o fazer na sua auzencia, está hoje no seu posto porque, sem subterfugios, e conscio dos seus actos, poude provar, deante de pessoas idoneas, o quanto de infame havia no que lhe éra atribuido, pura invenção de que os seus inimigos se serviam já para cevar odios mal contidos tornando-o antipático á opinião pública.

Nós fômos dos que protestámos logo contra a atoarda que nos chegou aos ouvidos, como tambem emitímos o parecer de que se não podia desculpar o autôr de tão cavilosa insidia, caso se viésse a descobrir. Néssa disposição estâmos ainda.

Os créditos dum homem, quem quer êle seja, simples particular, funcionário ou ministro de Estado, jámais poderão estar á mercê do primeiro *tipo* sem escrupulos e sem repugnancia, que, maléficamente, os pretenda apresentar como dubios.

Não. E porque sabêmos que da parte da autoridade superior do distrito ha toda a bôa vontade em chegar ao apuramento de responsabilidades, só nos resta, por hoje, abraçar efusivamente o nosso amigo Beja da Silva, a quem não basta a desafronta que tirou, pondo fóra do gabinête o seu detractor, mesmo porque é necessario reduzir quanto possivel o numero de tais criaturas, por perigosas.

O sr. governador civil tem a palavra.

Rapto?!...

Não sei se os leitores conhecem. Era uma rapariga alta, bem trajáda, olhos vivos e insinuante, que dáva nas vistas de toda a gente e a todos agradáva exatamente pela sombrecería com que passáva na rua.

Chamávam-lhe a *Mófa*, apelido que lhe adveio do pae que Deus haja, mas nem por isso os galanteadores deixávam de ser aos cardumes, esperançádos, quando mais não fôsse, em obterem déla um sorriso que pusesse a descoberto a alvura dos seus dentes, que tambem tinha lindos, ou mesmo qualquer palavra de enfádo, propria de mulher recatáda, em que o diabo da rapariga era eximia...

Pois a *Mófa*, meus senhores, foi-se!... Deixou Aveiro, as amigas, as companheiras e, embaláda nos braços de Morpheu, éla aí vai sem saudades nem remorsos de ter deixádo muito *pato*... sem ceia...

Felizes de aquêles a quem a sorte bafeja...

AO SR. MINISTRO DO INTERIOR

Consta-nos que se prepára para vir de novo exercer o seu logar de professor, no liceu de Aveiro, o sr. dr. Alvaro Ataide, que estêve preso durante alguns mezes como conspirador, mas que entrou no numero dos que têm sido ultimamente postos em liberdade *por nenhumas provas se encontrarem da sua culpabilidade.*

Se tal acontéce, sr. ministro, é caso para nós, os aveirenses, gritarmos—ó da guarda!

O professor Alvaro Ataide, que é a personificação completa da indecencia, que a maior parte da cidade conhece pela desfaçatez e deslavamento com que encára todas as questões de moralidade, não déve, por todos os motivos, voltar a fazer parte do corpo docente do nosso liceu onde á maioria dos professores, com certeza, repugnará a sua companhia.

Pois quê? Podêmos nós, que trazemos filhos a estudar, confial-os á educação dum homem, dum professor que de todo perdeu a noção dos seus devêres para com a sociedade? Pódem os alunos volver a frequentar as aulas désse professor com quem, desde longa data, andam em conflito; que lhes é estremamente antipático e que, segundo se diz, juraram vingança contra aquêles que, alistádos no batalhão voluntario, o guardáram na prisão, acompanhando-o depois á capital na sua transferencia para ali?

Não, não póde ser. E então a dar-se o caso de ser verdadeira a ameaça do *martir*, que dá bem a nota dos seus sentimentos e da tenebrosa ideia que o anima, vêmos, sr. ministro, cavádo fundo um abismo entre as duas partes, que de fórma alguma se poderão conciliar. A' promessa formal do figurão corresponderá, certamente, uma atitude condigna da academia, sempre altiva, sempre pronta a desafrontar-se dos agrávos sejam de quem fôr, venham de onde viérem.

Sr. ministro: que a vossa atenção penda, por um momento, sobre êste assunto.

A vinda de Alvaro Ataide para Aveiro déve evitar-se por que a sua presença só produzirá sérios dissabores, estâmos capacitádos disso, além da afronta que éla representa aos brios e convicções politicas da cidade.

As procissões

Só a Deus adorarás em espirito e verdade.

Maldito aquêle que fizer estatua ou imagem de qualquer substancia que exista á superficie da terra, porque só o teu Deus adorarás em espirito e verdade.

Em confirmação e abôno déstas palavras do *Velho Testamento*, num dos seus livros declarados pela egreja, canónicos ou de inspiração divina, surgiu no seculo 16 a revolução da consciencia religiosa, proclamada e defendida por Lutero com o ardor e sinceridade dum verdadeiro apostolo.

Uma tal revolução trouxe, como natural consequencia, a emancipação de muitos povos, até então sugeitos á tutéla humilhante do papado, o cristianismo depurado, que é hoje a confissão religiosa das pujantes e florescentes nações protestantes.

Não só, pois, uma grande parte da humanidade repeliu essa exibição ridicula e indecente do culto externo, se não tambem a propria religiosidade do cristão o condenou expressamente, nas palavras acima transcritas do *Velho Testamento*.

Não o baniu, porém, a egreja romana, pela razão intuitiva de que essa pratica irrisoria e deprimente é a sua galinha de ouro, a causa determinante e unica dos seus inconfessaveis interesses, da sua desenfreada simonia, da chatinagem ignobil da cáfila clerical e dos fressureiros e hipocritas organisadores déssas caricatas procissões que délas participam, por estupidez, interesse ou vaidade.

Quanto a nós, inadvertidamente andou o legislador não acabando, de vêz e radicalmente, com essa mascarada indecente das procissões, que os sagrados textos, a razão, a dignidade humana e a historia condenam, como uma manifestação do homem selvagem, na sua fáse fetichista. Se não, que o digam os que assistiram ao estadear da procissão de Cinza por essas ruas da cidade, em que os cidadãos de uma capital de distrito se igualavam, na atitude pascácia e estupida, com o lapurdio da aldeia, atraz dêsses mônos repimpados em charolas, pezados como chumbo e encarnados como tomates! E nésta evidenciação de estupidez que inspira dó, preten-

deu-se, contra manifesta disposição da lei, fazer acatar aquilo que a consciencia do homem repéle enojáda como se a crença, que é um fenomeno puramente subjectivo, pudésse impôr-se a um cidadão, pelo processo com que se véste uma camisa de fôrças!

A rua é pública e a crença é livre; e quem não quer ganhar o céu, fazendo salamaleques aos mônos, está no seu plêno direito.

E fiquem disto certos todos os que entram na farça—os moços de forcádo que carrégam com as padiolas, e os restantes comparsas de ópa e balandrau e mais figuras de entremez.

Se á nossa consciencia que não comunga em tão aviltantes manifestações, fizerem a afronta de nos obrigárem a actos que o Deus dêles, a rasão, a lei e a historia condenam, nós saberêmos respondêr com a urgencia e energia que o caso reclama. A todos prevenimos para futuras emergencias.

Querêmos ganhar o *céu*, mas muito da nossa livre vontade, sem imposições de ninguem, sem o encargo de esportulas ou condições humilhantes a que nos fórce qualquer caróla de corôa, de balandrau ou chanfalho. Sim, porqne *adorar Deus em espirito e verdade* não é andar pela rua com entrudádas, salvo opinião mais autorisada no assunto.

Um luterano

Professora... modêlo

Em conversa que tivémos ha pouco com um amigo da Parada, concelho de Alfandega da Fé, disse-nos êste que a professora que ali exerce o magistério vai para 16 anos, ainda não conseguiu levar um unico aluno a exame, pelo que lavra um cérto descontentamento, a nosso vêr mais do que justificádo, entre as familias dos pequenos estudantes frequentadores da escola.

Realmente não é para menos. Uma professora assim, que tão manifestas provas dá de incompetencia e falta de compreenção dos seus devêres, não se toléra. E porque a instrucção é hoje um dos principaes assuntos que o governo trata com cuidado, bom se torna que o sr. director geral de instrução primária dê as necessárias providencias no sentido de serem melhor servidos os povos da Parada que trazem os filhos no estudo.

EMPREGADOS DO COMERCIO

Foi-nos entregue, esta semana, o seguinte documento:

... Sr.

A Direcção da Associação dos Empregados do Comercio de Aveiro, em sua sessão extraordinária de ontem, resolveu, por unanimidade, agradecer a V. a fórma bizarra como tem defendido a nossa classe, mostrando assim a alivez de espirito e a magnanimidade de alma que caraterisam as pessoas que como V., põem acima de tudo os direitos a que têm jus os oprimidos.

Saude e Fraternidade.

Aveiro, 23 de fevereiro de 1912.

... Sr. Arnaldo Ribeiro.

O 1.º secretario,
Luis dos Santos Vaz

Os empregados do comercio de Aveiro nada têm que agradecer pelo facto de nos encontrarmos a seu lado na interminavel e debatida questão do descanço semanal.

Foi sempre opinião nossa que nem êsse descanço déve ser dado sem encerramento dos estabelecimentos, nem êle de nada aproveitará se se estabelecer noutro qualquer dia que não seja o domingo todo.

Ora em Aveiro é difícil, pelo que têmos observádo, chegar a um acôrdo entre comerciantes e caixeiros, o que tem certa razão de ser, por aquêles se sentirem lesádos nos seus interesses em virtude de se conservarem abertos, aos domingos, os proximos mercádos de Estarreja e Ilhavo, o que, havêmos de concordar, faz diferença. Mas, permitamnos ésta pergunta: não haverá fórma de o governo intervir na contenda, decretando o descanço geral ao domingo, como se usa lá fóra em quasi todos os países?

A nosso vêr é ésta só a unica fórma de acabarem todas as contendas e dos empregados comerciais podêrem gosar emfim as regalias a que teem direito.

Pensem nisso os interessádos e contem como *Democrata*, que os auxiliará no que fôr de justiça.

Epistola

Acolitádo pelos *presbiteros* Antonio Ferreira e Inocencio Fernandes Rangel, resou missa no altar do *Dia*, onde bem á altura lhe ficam os evangélhos, o famoso *conego* da Penitenciária de Coimbra, Jaime Duarte Silva, e, conforme ô rito, a paramentos pretos, botou respétiva epistola, que a 26 do mez findo apareceu no numero do *breviário* daquêle dia, dizendo assim:

Sr. director de *O Dia*

A apresentação de um projecto de lei pelo deputado Marques da Costa, em sessão de ontem, para a amnistia dos presos politicos de Aveiro, ha 8 mêses correndo as *suas penas* por varias cadeias do país, póde levar alguem a supôr—tão singular é o acto do legislador aveirense—que houve da parte dos signatarios qualquer pedido, qualquer solicitação junto daquêle cavalheiro, para que, por aquêle meio, lhes fôsse dada a liberdade.

É para que semelhante idéa não ocupe por muitos momentos o espirito de quem têve conhecimento do caso—unico nos anaes parlamentares: amnistia ás dóses—pedimos-lhe, sr. director, que, por intermedio do seu brilhantissimo jornal, nos consinta a declaração de que nada têmos nem queremos ter com o referido deputado, nada lhe pedimos, a ninguem consentimos que pedisse em nosso nome e de que—apesar de anciosamente esperarmos o nosso livramento—nos custaría recebel-o como da mão do sr. Antonio Maria Marques da Costa, com quem, nem de longe, têmos ou queremos ligações.

Quem, sr. director, estêve ilegalmente incomunicavel durante 18 dias; preso, sem culpa formada durante dois mezes; quem foi pronunciado *provisoriamente* em 2 de setembro e só o foi definitivamente em principios de outubro; quem ha 8 mezes tem passado inclemencias e torturas, violencias e barbaridades sem conta, tudo a contento, sem o menor protesto do deputado seu patricio ou e ántes com o seu pleno aprasimento, póde a deve esperar que a Justiça diga e ultima palavra, concedendo-lhe por direito o que lhe é devido, e não ficar com a obrigação de agradecer a pessoa alguma, e muito menos a alguem com quem não é licito transigir-se.

Nêste caso nós, sr. director, que tivémos com a digna e moral deliberação da Câmara dos srs. deputados uma intensa alegria.

De resto só o sr. Marques da Costa se lembraría de propôr uma amnistia *in partibus*, e com o fundamento de que a Justiça tem posto em liberdade individuos que êle — insigne legislado! — considéra com mais responsabilidades!...

Como esclarecimento dirêmos a V. que os presos politicos de Aveiro são cinco e não oito: os tres signatarios e mais dois companheiros em nome dos quaes não falâmos.

Digne-se V. crêr na alta consideração e aceitar, pela publicação désta, os mais cordeaes agradecimentos dos

De V. etc.

Penitenciária de Coimbra, 23—2—912.

Antonio Ferreira
Jaime Duarte Silva
Inocencio Fernandes Rangel

Como se vê, toda ésta carta escorre aquêla manha saloia, tão peculiar no espertalhão, que não pérde o ensejo de mostrar que ainda é o mesmo em toda a especie de *trucs* onde imagina colher algum proveito.

E' do conhecimento publico qual foi a ideia do dr. Marques da Costa apresentando á câmara o projecto de amnistia, de que êle convencido antecipadamente estáva da sua recusa, pela câmara.

Esse projecto, porém, implicáva apenas o seu protesto contra toda a *degringolade* de despronuncias e absolvições havidas com aquêles contra quem nitidamente pesávam gráves reponsabilidades, algumas das quais apagadas á fôrça de dinheiro—temol-o ouvido dezenas de vezes, não sabendo, comtudo, o fundamento de tais afirmativas.

Colocando, pois, as couzas nêste pé, o dr. Marques da Costa, entendeu que o melhor sería o fim de tanta comedia, liquidando a situação com uma amnistia.

Se a câmara aprovásse, o *conego, revoltado*, ir-se-ia pondo na rua pela *fôrça das circumstancias*, embora não agradecêsse ao seu libertador...

Não pegáram as bichas e nêste caso toca a aproveitar o enséjo para uma *farronca* espaventosa, *para que não vá alguem supôr que ouve da parte dos signatarios* (da carta) *qualquer pedido, qualquer solicitação, junto daquêle cavalheiro para que por aquêle meio lhes fôsse dada a liberdade!...*

E como consequencia disso: *a digna e moral deliberação da câmara dos senhores deputados causou uma intensa alegria.*

Já viram cinismo assim? Mas não é menos espantoso os ares de importancia que tenta mostrar essa criatura quando na sua epistola escreve *que espera que se lhe façam justiça não ficando com a obrigação de agradecer a pessoa alguma e muito menos a alguem* **com quem não é licito transigir-se!!**

Mas não nos dirá o emérito patéta em que consiste éssa especie de transigencia e qual o valor de que ainda o mesmo patéta se supõe investido para recusar transigencias?!! Este ponto é que desejariámos vêr esclarecido por o *ilustre preopinante*, assim como o motivo porque foi tambem *excomungado* o Eduardo Barbosa, que está sendo consumido pelas chamas do inferno onde ha muito jaz o Firmino Fernandes!

E' pena estar já em liberdade o Manuel de Oliveira, que menos escrupuloso, nêste caso, que o *seu paisinho*, foi aproveitando o que lhe concediam e poz-se na rua, mesmo sem agradecimento como aquêle que assinou um dia, no convento de Jesus, com os seus amigos, companheiros e correligionarios...

O Manuel de Oliveira vadio e **gatuno** com cadastro na policia!

Pois muito nos conta o *Mijareta* e seus acolitos...

* * *

Do nosso amigo, dr. Marques da Costa, recebêmos para publicar, a carta seguinte, que tambem enviou ao *Mundo:*

Caro Arnaldo

Tendo por acaso tomado conhecimento de que O Dia *publíca uma carta de tres conspiradores do meu distrito que se mostram muito arreliados porque na Câmara dos Deputados eu tivésse apresentado um projecto de amnistia para os mesmos, obedecendo aos principios de justiça nêste caso relativa, que sempre tenho defendido e como protesto ás irregularidades praticadas na investigação de crimes de conspiração, a que na mesma Câmara me referí, entendo de meu devêr vir publicamente declarar que não obedecí a pedidos de ninguem, que para mim em tal caso nenhum valôr teriam, nem tão pouco fui movido pelo desejo de mantêr qualquer solidariedade com os referidos conspiradores, com cuja prisão nada tive, simplesmente porque não era autoridade que no assunto tivésse de interferir.*

De resto dêvo declarar que muito folgo com a intransigencia de s. ex.as, que sómente me póde honrar.

E para terminar, não só registo *o facto de s. ex.as virem regeitar o que lhes não foi concedido, como tambem os elogios que técem ao Parlamento por lhes ter negado a referida amnistia, o que se explica porque*, naturalmente, *a reputam uma gráve injustiça.*

Pela publicação désta te fica muito grato o

correligionario e amigo at.º

Lisboa, 28—2—912.

A. Marques da Costa.

* * *

Tem corrido com a maior insistencia que, em reunião do Suprêmo Tribunal de Justiça, serão hoje despronunciádos os presos de Aveiro que se acham na Penitenciária de Coimbra.

Pois será possivel que isso se saiba com tanta antecedencia?...

NOTAS DA CARTEIRA

Tem estádo em Aveiro o sr. Egberto de Magalhães Mesquita, chefe dos serviços florestaes, agora colocado na Inspecção, de Lisboa, para onde parte bréve.

= Tambem aqui vimos os nossos amigos, dr. Vasco Rocha, presidente da câmara de Vagos; dr. Abilio Justiça, especialista das doenças de ólhos, com consultorio em Coimbra; dr. Joaquim da Costa Carvalho Junior, advogado e oficial do registo civil em Ilhavo; dr. Marques da Costa, de Sarrazola; Joaquim Moraes, da Fogueira; dr. Samuel Maia, de Ilhavo, etc., etc.

= Embarca hoje para Timor, onde vai exercer as funções de escrivão de direito, para que foi nomeado, o sr. Domingos Rei Neto, do visinho logar das Áradas, e a quem desejâmos todas as felicidades de que é digno.

= Egualmente ségue para Inhambane, Africa Oriental, o nosso bom amigo e antigo correligionario de Eixo, dr. Diniz Sevéro, que por alguns mezes, após a proclamação da Republica, exerceu com inteligencia e critério, o espinhoso cargo de administrador do concelho e comissario de policia de Aveiro.

Uma viagem feliz e as maiores venturas lhe desejâmos.

= Fez anos, na terça-feira, o pequenino Oscar, filho do nosso querido amigo Francisco Vieira da Costa, ausente em Loanda.

= Estêve nésta cidade afim de passar, junto dos seus, o primeiro aniversario da morte de seu querido irmão, a sr.ª D. Maria José de Brito Beça, esposa do nosso colaborador e amigo, sr. Humberto Beça.

= Tem passado encomodado, o sr. Antonio Henriques Maximo Junior, a quem apetecêmos as melhoras.

= Chegou de Manaus á sua casa de Angeja, o sr. Manuel Pereira Silva, um grande amigo da sua terra e português ás direitas.

Apresentâmos-lhe os nossos cumprimentos.

A questão da auditoría

Prométe o sr. dr. Cherubim Vale Gnimarães, para domingo, a publicação duma *carta aberta*, não se sabe a quem dirigida, mas que se prende com a questão levantáda no *Democrata* ácêrca do logar de confiança que tem a dentro das instituições de que é adversario.

Esperêmol-a, pois. E entretanto seja-nos permitido pôr em destáque, por então nos ter esquecido, sublinhando-a, aquéla palavra *impareialidade*, que no ultimo artigo, referente ao sr. dr. Cherubim, saíu, quasi ao fim da coluna.

DIRECTORIO REPUBLICANO

Em reunião efectuada na ultima sexta-feira, o Directorio do Partido Republicano discutiu, aprovando-a por fim, a seguinte moção:

Considerando que, de conformidade com a Lei Organica do Partido Republicano Português, os trabalhos do partido estão confiados ás comissões paroquiaes, municipaes, distritaes e ao Directorio;

Considerando que do regular funcionamento dêsses corpos politicos advem a cooperação necessaria a fortalecer a acção da Republica contra a reacção politica e religiosa;

Considerando que não é licito a nenhum dêsses corpos politicos faltar aos compromissos inerentes ao acto da sua eleição, sem que implicitamente essa falta seja julgada quebra das suas ligações com a grande familia republicana;

Considerando que a Lei Organica do Partido Republicano não reconhece senão os corpos politicos que funcionem de conformidade com a mesma Lei Organica;

Considerando que a irregularidade do funcionamento dos corpos politicos prejudica a defeza que é preciso fazer-se para a consolidação da Republica, pois que essa vida irregular só aproveitaria aos inimigos das instituições republicanas;

O Directorio do Partido Republicano Português resolve:

1.º Dissolver as comissões que não tenham funcionado regularmente;

2.º Convocar os colégios eleitoraes de maneira a que as eleições das novas comissões se façam dentro dos primeiros 15 dias do proximo mês de Março;

3.º Encarregar as comissões respectivas para constituirem as mezas eleitoraes, escolha dos locaes para o acto eleitoral e exposição dos cadernos do recenseamento;

4.º Dar conhecimento déstas resoluções pela imprensa a todas as comissões politicas;

5.º Participar a todos os presidentes, ou seus representantes, das comissões dissolvidas, os motivos que levaram o Directorio a considerá-las como tal;

6.º Participar por escrito ou pela imprensa a todas as comissões que tenham de proceder a eleições a data e as formalidades a camprir;

7.º Dar as devidas instruções de maneira a que o segundo numero do boletim inscreva já os legitimos representantes do Partido Republicano, que pódem tomar parte no futuro Congresso de Abril.

CENTRO REPUBLICANO

A conferencia do alferes Gaspar Ferreira, no domingo ultimo

Perante um numeroso auditorio, entre o qual se viam muitos oficiais do exercito de diferentes graduações, realisou no domingo a sua anunciada conferencia, o nosso amigo alferes Gaspar Ferreira, que, com a competencia que lhe anda adstrita, desenvolveu o têma—*Questão Politica, Exercito e Patria.*

Presidiú á sessão, por proposta do digno presidente da direcção do Centro, sr. Amadeu Faria de Magalhães, o deputado Marques da Costa e serviram de secratários os nossos correligionarios, srs. majores Domingues Peres e Eduardo Leitão.

Após curtas palavras do presidente para agradecer a honra com que a assembleia o distinguiu e apresentação do alferes Ferreira, deu êste principio ao seu discurso pela seguinte fórma:

O orador principia por dizer que a rasão que o levou a acceitar o convite de vir fazer áquelle centro uma palestra, foi para o exemplo do seu sacrificio servir de estimulo a outros que melhor que elle podessem com o encargo de levar, na sua palavra colorida, o estimulo da collaboração do povo á obra de resurgimento patrio e de levarem as suas ideias directoras da acçãopolitica do povo, n'um momento em que ella porventura mais precisa de se accentuar, porque a sua abdicação roubando as energias populares á acção politica portugueza, tornal-a-hiam em breve o seguimento d'uma politica baixa e degradante, que o movimento de 5 d'outubro teria interrompido, sem comtudo ter conseguido operar uma mudança salutar nos costumes politicos portuguezes.

Encorajou-se a vir, porque costumado a auscultar a alma nacional portugueza, se convenceu de que o fundo do seu caracter, o sentimentalismo, não se deixaria de perturbar com um grito que, sahindo do fundo da sua alma profundamente patriota, viesse ecoar n'aquella sala onde via reunidos tantos que, em horas de transe amargo, tinham lutado pela implantação d'uma patria nova, ainda mesmo quando esse grito não tivesse aos ouvidos que o escutavam outra musica além da que sae da incultura da palavra selvagem.

Declara que não vem exercer uma acção de suggestão, mas unicamente trazer o seu apoio individual, mesquinho como tal, mas profundamente sincero, ao desejo que sabe ser obsecação constante para todos que o escutam, como é para elle orador, de ver esta patria levantada ao nivel das civilisações modernas, levantada do abysmo a que erros passados a arrastaram, a empunhar a sua nova bandeira, por cima d'esta Europa, desdenhosa para todos os povos que não sabem pôr na sua administração a moralidade e na defeza a sua propria força.

Faz a sua profissão de fé politica, desejando todos reunidos á volta da bandeira da republica, promptos a defendel-a de todas as traições, a levantal-a acima da lama, da sujidade de todas as immoralidades, de todas as corrupções, decididos a tornar a republica um regimen de paz, de ordem e de progresso.

A bandeira revolucionaria, diz o orador, foi desarvorada já do mastro dos navios revoltosos, mas a sua divisa—*Ordem e Progresso*—onde o povo republicano teve fitos os olhos durante a jornada de outubro, deve ter ficado radicada no coração dos bons republicanos, como opposição á desordem na acepção lata do termo, e á reacção no seu sentido depriment.

Por isso o povo republicano exige dos poderes, seus delegados, que seja garantida a ordem, para á sombra d'ella poder ser fomentado o Progresso á custa do trabalho nacional.

Ordem na administração e ordem nas ruas.

Progresso no campo economico e no campo social.

Por isso o povo republicano exige dos poderes, seus delegados, consubstanciados com os seus desejos e com as suas necessidades, sejam abandonados definitivamente os caminhos tortuosos da baixa politica que vive da intriga e da insinuação, que se retempera, ou antes toma uma força ficticia da disciplina partidaria que tudo censura aos outros e tudo tolera aos seus, para seguirem o caminho da defeza nacional, em que os interesses da nação sejam julgados e sejam pesados segundo o criterio positivista que os interesses nacionaes estão merecendo aos governos dos paizes estrangeiros.

O povo republicano, prompto a collaborar na obra de defeza nacional e só n'essa, não pode tolerar que alguem, que se apropriou da sua força por promessas feitas, se desvie do caminho do interesse nacional, para seguir as veredas tortuosas de uma politica de idolos que serve unicamente os interesses de meia duzia.

O povo republicano não se póde solidarisar com quem embora fosse hontem um auxiliar na implantação da republica, não o foi na ancia de ver terminado um periodo de depredação politica e moral, mas unicamente no desejo de ver um periodo de Liberdade, á sombra da qual elles podessem exercer a sua acção demolidora, anarchica, da qual só póde resultar o desiquilibrio social, o prejuizo da liberdade de trabalho, sem a qual não pode haver riqueza que é o manancial irrigador da prosperidade nacional, da qual só pode resultar a perda da propria independencia.

O orador, sem se importar com agradar ou desagradar ao auditorio, porque o seu temperamento não lhe permitte adaptar-se aos effeitos scenicos de comedia, vae soltar um grito de protesto contra o espectaculo da politica portugueza actual e contra os resultados de propagandas d'um Godwin, d'um Proudhom, d'um Stirner, d'um Bakounine, de um Kropotkine, d'um Tucker, d'um Tolstoi.

A sua palavra, diz o orador, sahirá irreverente para todos que nos teem proporcionado horas de amargura, de torturante incerteza, de justificados receios; sahirá irreverente para a maioria de uma obra jornalistica que se serve da navalha de ponta e mola para o combate, para essa acção dissolvente de provocação á scisão na familia republicana portugueza, para a satisfação das vaidades pessoaes, para o implumamento dos pavões da politica; a sua voz sahirá irreverente para quem na vida politica portugueza poz a desunião em logar da união, para quem tem anteposto á resolução de melindrosissimos problemas nacionaes a provocação de banaes ou baixas questões politicas.

O orador a seguir traça o quadro do actual estado politico portuguez.

D'um lado: os que amando a sua Patria se preparam para collaborar na obra bemdita do seu resurgimento, os que se promptificam para todos os sacrificios, os que antepõem aos seus interesses, aos interesses baixos da politica, os que antepõem o bem estar geral ao prolongamento a dentro d'um novo estado de coisas d'um poder adquirido pela corrupção, pela ignorancia de muitos.

Do outro lado: os que elevam os seus interesses pessoaes, as suas vaidades, as suas paixões partidarias, acima dos interesses da Patria.

Grupos *felizmente* irreductiveis.

O quadro é este, diz o orador:

A traição procurando assassinar, vesga e cobarde, a Verdade; a Reacção procurando assassinar o Progresso que, devendo ser a libertação d'um Povo, é por uma coincidencia fatal, por uma logica irrespondivel, a morte de um passado que jámais poderá voltar.

A traição tem por armas: os effeitos da corrupção politica de longos annos que á maravilha é ajudada pela ignorancia da maioria dss massas populares, a tradição, o preconceito, o sentimentalismo exagerado, fundo da alma portugueza, e tem ainda por armas as que lhe deixou nas mãos a benignidade de uma revolução que não soube aproveitar a occasião para lh'as quebrar e a que uma ingenuidade excessiva roubou as energias para produzir o desiquilibrio necessario para que se partissem os eixos d'essa machina sombria que, montada com tanta astucia e velhacaria, tem ido enlaçando e triturando os orgãos de defeza do outro grupo, porque consentiram que ella continuasse girando, como se a Republica em Portugal não tivesse de corresponder necessariamente a formulas de moralidade, completa inovação no estado politico portuguez.

Os que se lhe opõem teem por armas a sinceridade e a verdade, a altaneria e essa força brilhante

contra a qual se teem despedaçado as forças contrarias: o Amor Patrio.

A tactica do primeiro grupo tem sido aproveitar os erros dos adversarios, as suas vaidades, para os desunir.

A tactica do segundo grupo tem sido fazer desmoronar sobre o adversario as montureiras de lama de crimes passados que os asfixia e os faz recuar.

De que lado estará a victoria?

Certamente do lado dos republicanos, se souberem exercer a sua acção no sentido de uma prevenção constante, de uma união constante, não se deixando arrastar pelas correntes politicas, não dando as suas energias senão para a defeza da Patria e da Republica.

Entre estes dois grupos ha ainda uma vasta massa neutral que os adversarios da Republica têem procurado levantar a seu favor, levando ao seu seio o grito de viva a Religião com que escondem dolosamente os seus verdadeiros fins.

Essa massa precisa de ser trabalhada pelos republicanos que, servindo-se das armas da Razão e da Verdade, moverão mais facilmente porque n'ella jaz latente o espirito do amor Patrio que uma propaganda activa despertará para as luctas em pró da Patria.

O orador trata ainda, combatendo-a, a formação de correntes politicas á volta de homens, a dentro do partido republicano, e voltando-se para a analyse da corrente anarchista que vemos enundando e depauperando as forças de todos os paizes, principalmente dos latinos, porque o seu sentimentalismo lhe empresta uma força doentia, semelhante á que a epilepsia e o histirismo empresta ao doente durante as suas crises, diz:

«O mundo alumiado pelo facho de justiça de Proudhom, alumiado pelo facho de amor universal de Tolstoi, pelo facho do bem estar universal de Godwin, o mundo abrigando todos os seres contentes no bem estar individual, como quer Stirner, abrigando todos os seres satisfeitos na satisfação do seu interesse pessoal como qner Tucker, o mundo obedecendo ás leis da evolução d'um estado menos perfeito para outro mais perfeito de Bakounine, ou á lei de evolução d'um estado menos feliz para outro mais feliz de Kropotkine, enche-me a imaginação com aquella miragem dos sonhos em que nos sentimos acariciados pela visão do que mais desejamos, enche-me a imaginação com aquella miragem com que os crentes terão cheias as suas, quando o seu misticismo lhes patenteie as portas do ceu do catholicismo, ou do paraizo de Mahomet».

Quando vejo o mundo, atravez as doutrinas anarchistas, diz o orador, sinto-me acariciado pela brisa serena e perfumada da felicidade e, em haustos de volupia, absorvo a atmosphera de paz e amor que se evola d'este mundo, em que o sonho se tornou realidade, em que as mãos enclavinhadas pelo odio se abriram para a doce caricia, em que os labios contrahidos em sorrisos amargos ou em dilacerantes queixumes se abriram para o sorriso doce da felicidade, em que as boccas contrahidas no rictus do odio ou do desespero se enrugaram para o doce beijo, em que as faces macilentas pela tuberculose se coloriram com a livre circulação das necessidades satisfeitas.

Mas o veu que separa o mundo real rasga-se, e o orador vê o mundo habitado por raças differentes nas suas indoles e a guerra alumiar, á luz sinistra do explosão das polvoras, povos marcharem contra povos na lucta pela existencia; vê as ideias debaterem-se entre os clamores das multidões, entre furacões de balas; vê as forças da natureza debaterem-se com as forças da natureza e com as forças creadas pelo homem; vê a condicção da lucta prevalecer sobre o desejo da paz e vê, triste irrisão, a bomba anarchista levar a morte, o desespero, a miseria, a milhares de familias.

Prometheu, debatendo-se com a aguia que lhe dilacera o figado, com os olhos fitos na scentelha de fogo que rouba ao ceu e com que vae melhorando os meios de lucta, na ancia sempre crescente da satisfação das suas necessidades, no progredir sempre constante do seu orgulho, eis o symbolo da humanidade.

Os ventres dilacerando-se para d'elles brotar a vida, eis a condicção humana.

A lei, a suprema lei, a lucta.

O orador faz a seguir uma invocação patriota, e incita os ouvintes a não se deixarem arrastar por essa corrente que, proclamando a Liberdade, executa o despotismo, que, proclamando o amor universal, executa o odio individual, o odio das classes, que, proclamando a independencia absoluta, leva á solidariedade do crime, e que só teria como consequencia a perda da nossa nacionalidade.

O orador aborda ainda accidentalmente a questão clerical, e diz que se temos a restauração das leis de Pombal e d'Aguiar, se temos a lei da separação da Egreja do Estado, precisamos comtudo prevenção contra as subtilezas jesuiticas, contra o rastejar da vibora.

A' acção jesuitica devemos ter um grupo de desnacionalisados na fronteira, outro internamente, dando-se as mãos para perturbarem a nossa situação financeira, dando alma á campanha da imprensa estrangeira a provocar os seus governos á partilha das nossas colonias, a perturbarem o fomento do progresso nacional, estabelecendo a duvida, a incerteza, a perturbação.

Contra essa acção é preciso a união de todos que amam esta Patria, que amam a Republica.

Viva a Patria!
Viva a Republica!
Viva a Liberdade!

A êstes vivas, que na sala fôram acolhidos com entusiasmo, seguiram-se os cumprimentos ao confesente e o agradecimento da direcção do Centro pela fórma como Gaspar Ferreira se desempenhou do encargo para que fôra convidádo.

Naufragio

Foi a pique na costa do Algarve, depois de ter abalroádo com o rebocador *Josefina*, a canhoneira *Faro*, perecendo o comandante désta, 1.º tenente Metzner, o imediáto, 2.º tenente Carlos Pinto Guimarães Marques e mais quatro marinheiros.

Do *Josefina* tambem morreram, victimas da catastrofe, dois tripulantes.

Novo observatório

Foi superiormente determinádo que se proceda dêsde já á montagem dum observatório meteriologico no farol da barra de Aveiro, para o que fôram recebidos parte dos aparelhos e as competentes instruções.

Os trabalhos iniciam-se brévemente.

Sessão da Comissão Administrativa Municipal d'Aveiro, de 22 de fevereiro de 1912.

Presidencia do cidadão dr. Luis de Brito Guimarães. Compareceram os vogaes, cidadãos Manuel Augusto da Silva, Pompilio Simões Souto Ratola, Sebastião Pereira de Figueiredo e Vicente Rodrigues da Cruz, assistindo o administrador do concelho, interino, Antonio Felizardo.

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior, sendo em seguida presentes e deferidos os requerimentos de Manuel Gaspar Afonso Junior, da freguezia de Requeixo, para construção de uma casa no logar de Sainhal, daquéla freguezia; de Manuel Luis Carapichoso, morador na freguezia de Arada e Tereza de Oliveira, moradora na freguezia da Vera-Cruz, pedindo atestados de pobreza, que as comissões paroquiaes déstas freguezias conrfirmam.

Tendo a comissão conhecimento de que muito frequentemente são danificadas e cortadas arvores plantadas nas ruas e largos da cidade, resolveu pedir ao sr. comissario de policia para que ordéne aos guardas a maxima vigilancia e que para maior incentivo se dê a gratificação de 5$000 reis aos individuos que participem á comissão, podendo-o provar, os autores de qualquer mal,feito nas referidas arvores, e que se torne bem publica esta sua resolução.

Por fim foi apresentada e lida pelo presidente da meza da assembleia geral da Associação Comercial désta cidade uma representação pedindo para qne se altére o artigo 16 do regulamento do descanço semanal aprovado pela câmara em sua sessão de 6 de maio de 1911, resolvendo a comissão, por unanimidade, estudar o assunto e convocar de novo as comissões paroquiaes, associações de classe e todos os individuos interessados, para os ouvir sobre o caso, suspendendo entretanto, desde já, a execução dêste regulamento até que sofra as alterações que julguem indispensaveis aos interesses do municipio e dos municipes.

EMPREGADOS ADMINISTRÁTIVOS

CARTA ABERTA
AOS DIGNOS DEPUTADOS DO CONGRESSO

Senhores!

Agora que o Congresso entrou na discussão do projecto para o novo Codigo Administrativo, afim de por vós ser aprovádo, é momento oportuno chamarmos a vossa atenção para um assunto a todos os respeitos imprescindivel da vossa alta protecção, dos vossos cuidados sincéros.

Trata-se de uma desprotegida classe, que até agora ainda não teve um olhar misericordioso dos poderes constituidos.

Essa classe, esses funcionarios públicos, são os amanuenses das secretarías das câmaras municipais e administrações de concelho.

E' por de mais sabido que os actuais vencimentos dêstes empregados são inequivocas provas da mais flagrante miséria—o que não deixa de ser rediculo para a burocracia portuguêsa.

E nós não exagerâmos, pois que, na scintilante frase dum nosso escritor contemporaneo, a palavra *amanuense*, em Portugal, é um sinonimo autentico de purissima miséria...

Com 300 reis diarios, senhores, na época presente, em que os generos de primeira necessidade subiram extraordináriamente, ou se hade andar rôto, esfarrapado, ou passar fome sem conta!!... E a logica não admite duvidas.

Ha cêrca de vinte anos a esta parte que a carestia da vida duplicou e continúa a aumentar assustadoramente, mas nem por isso o Estado—que tem sido pródigo com outros—se tem lembrado dos pobres amanuenses, apezar de tantas vezes ter sido impetrado aos governos, com representações, o aumento dos seus vencimentos.

Ha mais de 30 anos que êles estão percebendo o mesmo ordenado, sendo cérto que muitos amanuenses, possuindo as mesmas habilitações dos secretários, têm desempenhado serviços importantes, sem que por isso, até hoje, tenham deixádo de ser remunerados com mesquinhez.

Triste situação, na verdade, a dêstes pobres serventuarios, que em todos os dias uteis, sentados constantemente á escrevaninha desde as 10 até ás 16 horas, ali vão consumindo a saude com o trabalho que triplicou nos ultimos anos, e exigencias dos superiores da respectiva secretaría, tendo como recompensa a insignificante quantia de 27$000 reis por cada trimestre!

E ai daquêle que não cumprir; não importa que seja chefe de familia!

E pretende-se combater a tuberculose!...

Melhor fôra que em vez de sanatórios se désse pão, pois é mais racional exterminar a origem do mal do que tratar da propria doença.

. . . .

Sería longa e dolorosa a explanação se quizéssemos exibir mais êste quadro com as suas negras côres, mas é bem conhecida a triste situação dos pobres amanuenses, e todos sabem muito bem que a distribuição dos vencimentos nas várias classes dos serventuários do Estado não é realmente equitativa. Os que mais trabalham são os que menos ganham!

Daqui a necessidade absoluta e urgente de se nivelárem os proventos dêstes funcionários a outros de igual categoría.

E por que assim déve ser, apelamos, senhores, para a vossa generosidade, para a generosidade da vossa autorisada vóz em pleno parlamento, clamando-se aí justiça afim de ser melhorada a calamitosa situação dêstes empregados públicos, quer elevando-lhes condignamente os exiguos ordenados, quer legislando-se para que êles tambem percebam de todos os emolumentos da secretaría. E assim os libértam mais da fome.

Vêmos nisto uma obrigação moral e humanitária, que os dignos representantes do Congresso devem afagar com verdadeiro carinho, já por que se trata duma causa justa, já porque estes pobres funcionarios nunca tivéram protecção.

Fôram os amanuenses beneficiados com o projecto que estaes discutindo?... Crêmos que não.

O projecto para o novo Codigo não sofre de imperfeições?... Parece-nos que sim.

Deixar aos municipios o poder de demitir e nomear a seu bel'prazer os empregados de secretaría, constitúe um verdadeiro perigo para a estabilidade de todos esses burocratas. A intriga de regedoría, sempre fertil pela provincia e a que só presidem vinganças mesquinhas, daría azo a que houvésse sempre e amiudadas vezes, demissões e nomeações de empregados municipais. Tudo isto se faría ao sabor dos presidentes e seus acolitos na politiquice indigena...

Livrai-os, pois, de semelhante perigo, que começou já de figurar-se um horisonte negro para a classe.

Tambem é devéras pernicioso á classe dos amanuenses, por lhes destruir a mais justa aspiração de acesso ao pôsto imediato, o modo de concorrer aos logares de secretários.

Ha toda a razão para que a doutrina que hade regular as nomeações dêstes funcionarios seja remodelada de maneira a que só aos amanuenses, por concurso documental ou provas públicas, seja dada preferencia para o preenchimento das vagas dos logares de secretario.

Com as leis vigentes, quantos amanuenses, muitos dêles com larga prática em todos os serviços da secretaría, têm sido preteridos por individuos completamente leigos no exercicio daquêles cargos! Mas por que a politica de compadrío, o nefasto caciquismo local assim o determináva, o candidato provido tinha só, quando mais, maior numero de habilitações literárias, que não são predicados primordiais para o bom desempenho do cargo que vai exercer!

E, para maior desventura, é o infeliz preterido, o pobre amanuense, que tem ainda de instruir e elucidar aquêle que, embora leigo nos trabalhos de secretaría, é ali um seu superior hierarquico, tantas vezes a contrastar pela grande diferença de idades! Portanto é justo salvaguardarem-se os legitimos direitos a que tem jus esta desprotegida classe.

Pelo que fica exposto, vêem V. Ex.as que as nossas justificaveis pretenções resumem-se no seguinte:

Melhoria de ordenado;

Percebimento em todos os emolumentos da secretaría;

Clausula insofismavel para que as vagas dos logares de secretário só sejam preenchidos pelos respectivos amanuenses.

Senhores:—Se o vosso regimen é todo moralidade e equitativo, eis aqui as nossas legitimas aspirações que de forma alguma dévem escapar ao criterioso deferimento de V. Ex.as e á necessária sanção dos podêres constituidos.

Um amanuense.

Necrología

Está de luto pelo falecimento de seu filho, Aparicio Miranda, o nosso bom amigo, sr. João Pinto de Miranda, habil regente da banda dos Bombeiros Voluntarios.

Foi para nós uma surprêsa a noticia da morte do inditoso rapaz, que, novo ainda, nem o sabiamos, sequer, doente, pois o vimos pelo carnaval, bem disposto e animádo, nada fazendo prevêr o desenlace que acába de dar-se.

A João Miranda e a toda a sua familia o nosso cartão de sentidos pêsames.

Crime?

Apareceu na segunda-feira, boiádo no rio de baixo, proximo á Costa Nova do Prado, o cadaver de Antonio Maria Gonçalves, da Gafanha, que, tendo desaparecido de casa no domingo gordo baldados fôram todos os esforços da familia para o encontrarem.

O cadaver apresenta, no pescoço, um profundo golpe produzido com instrumento cortante o que léva a supôr que o desventurado tivésse sido victima de agressão e depois lançado ao rio.

A autoridade averigúa.

Com licença

Amigo e sr. redactor

Permita-me novamente inserir meia duzia de linhas no seu denodado *Democrata,* em resposta a uma frase do digno presidente da Comissão Municipal, e ao oficio que o sr. padre Salgueiro enviou á mesma.

Ao sr. dr. Brito Guimarães dirêmos apenas que sua ex.a é ainda novo na terra e não conhece bem o meio, talvez por sua ex.a ser, em extremo, delicado, e que ha mais *informações conscienciosas* além das que sua ex.a colheu, e, nêssa parte, não admitimos que ninguem seja mais consciencioso e recto do que nós. Para se saber o que aqui publicámos ha dias—e que o oficio do sr. padre Salgueiro nada mais veio fazer do que confirmar,—não era preciso ir ao *Asilo*; cá de fóra, na rua, ouvia-se e percebia-se muito bem que nos dias santificados era feriado lá dentro. Até quem estivésse no Jardim Público a tomar o sol e o oxigenio perfumado, dáva por isso. Emfim: só não ouvia quem lá não estava, ou quem não queria ouvir.

Ao oficio do sr. padre Salgueiro responderemos o que segue:

—Ao n.º 1.º: Não sabêmos se o *Asilo considerou, ou não,* feriados, os dias 8 de dezembro, 6 de janeiro, e 2 de fevereiro; o que é verdade é os rapazes brincarem em toda a tarde dêsses dias, servindo-se até dos instrumentos musicos, com manifesta desafinação, como nêsse ultimo dia se ouviu.

—Ao n.º 2.º: Não respondêmos, porque não aludimos a tal assunto; mas sempre lhe dirêmos que nem outra cousa mais do que a sua afirmação lhe permitem as leis da Republica.

—Ao n.º 3.º: Ignorávamos que os mestres das oficinas não recebem remuneração pelo seu trabalho, e muito nos admira tal. Visto, porém, que assim é, decérto qne concordâmos ninguem poder exigir-lhes que vão ao *Asilo* ministrar o ensino em dias santificados... para êles. Os rapazes é que ficam guardando o *dia santosinho*, o que não é nada bom, pela falta das aulas dos seus oficios, e pelo caso lhes ficar sempre cheirando, de futuro, a... sacristía...

—Ao n.º 4.º: A permissão confessada pelo sr. director para os rapazes fazerem ensaio, deve terminar. Póde o sr. director ter a certeza que isso prejudica os alumnos de musica e até os instrumentos. Em nada isso lhes é, como o sr. director diz e supõe, *muito util e proveitoso*, pois bem ao contrario, não estando o mestre da aula de musica ao pé. Pergunte-lh'o, que êle déve saber bem disso.

—*Por ultimo* tambem não respondêmos, porque em nada aludimos ao facto.

Resumindo do oficio do sr. padre Salgueiro, que apenas vem confirmar o que ha dias dissémos, vê-se, pois, que:

1.º: Os alumnos não trabálham nos dias santificados pela egreja, (o que não deixa de ser uma irregularidade) porque os seus mestres não teem obrigação de ir diariamente ministrar-lhes o ensino;

2.º Os alumnos estivéram na tarde do dia 2, com permissão do sr. director, a fazer ensaio sem o mestre, durante quatro horas, e teem egualmente tido o mesmo entretenimento em outros dias santos.

E temos dito.

E v..., sr. redactor, creia-me sempre

Aveiro, 24 de fevereiro de 1912.

Um seu amigo e leitôr.

O Rico-raio

Morreu êste infeliz, que tinha por habitação a rua e era sustentado com as esmolas dos transeuntes.

A terra lhe seja leve.